

# Nacional

## POLÍTICA ECONÔMICA

# Acordo sobre orçamento permitirá definição das metas para 1989

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

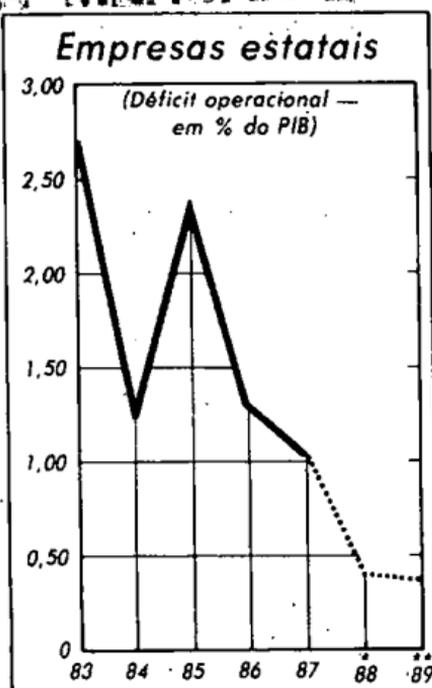
O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, espera concluir nos próximos dias a programação macroeconômica para este ano — incluindo as metas que serão negociadas com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) no início de abril — já que o acordo com o Congresso possibilitou a reestruturação do Orçamento Geral da União de forma consistente.

Cálculos preliminares da Secretaria de Orçamento e Controle das Empresas Estatais (Sest) indicam que as empresas sob responsabilidade do governo federal fecharam o ano passado com um déficit operacional (que exclui correções monetária e cambial) ligeiramente acima das metas combinadas com o FMI. O teto era 0,47% do Produto Interno Bruto (PIB), mas o resultado efetivo chegou a 0,55% em termos operacionais.

O acordo "stand-by" com o FMI previa um superávit de 0,4% do PIB em 1988 para o conjunto das estatais, incluindo as empresas sob responsabilidade de governos estaduais e municipais, mas a Secretaria de Planejamento (Seplan) já tem indicações de que isto não foi cumprido, assim como houve "pequenos desvios" também nas contas da Previdência e do próprio governo central.

Abreu explicou a este jornal que não autorizou a divulgação das contas levadas ao FMI na semana passada porque os números ainda não estavam consistentes, já que faltava a definição dos vetos — e consequentemente do novo Orçamento Geral da União. A divulgação de dados sujeitos a correções poderia criar expectativas falsas, segundo o ministro, além de confundir a opinião pública que acompanha o esforço do governo para equilibrar suas contas.

Na reformulação do orçamento, ficou implícita uma folga de aproximadamente 9% que permitiu ao governo trabalhar com os mesmos valores do Congresso, sem necessidade de aplicar um novo deflator. O titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente, disse que esta folga decorreu do fato de que o Legislativo havia trabalhado com os índices de infla-



Fonte: Brasil Programa Econômico e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

\* Preliminar

\*\* Estimativa

ção de novembro e dezembro prefixados no antigo pacto social, além de uma expectativa de 10% ao mês ao longo de 1989.

Como a inflação de dezembro atingiu 28,79% (acima do índice pactuado) e em janeiro o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) chegou a 72,28% com o vetor estatístico do Plano Verão, os valores do orçamento já ficaram corrigidos naturalmente, sobrando ainda um percentual de 9 a ser corroído pela inflação de março em diante.

Como ocorrerá inflação ao longo do ano, provavelmente na virada do semestre será preciso remeter ao Congresso nova proposta de créditos suplementares, dependendo não só da efetivação dos cortes de despesa como também da concretização da nova previsão de receitas.

A execução da folha de pagamento dos funcionários em janeiro e fevereiro, por exemplo, levou a SOF a reestimar os gastos com pessoal e encargos no orçamento, que passaram de NCz\$ 20,7 bilhões para NCz\$ 19,6 bilhões. No orçamento de crédito o "ganho" de NCz\$ 1,3 bilhão decorreu da reestimativa do refinanciamento externo: no lugar do dólar a NCz\$ 1,27 usado anteriormente, a SOF aplicou a taxa de câmbio congelada (NCz\$ 1,00).

O orçamento das operações oficiais de crédito teve o conjunto de seus programas reestimado de NCz\$ 14,2 bilhões para NCz\$ 13,1 bilhões. Com exceção dos recursos do PIS/Pasep (40% para o BNDES e 3% do fundo para bancos regionais), todas as demais fontes deste orçamento de crédito virão agora do retorno de aplicações anteriores.